

*Di. Brasília*  
**O caçador de pardais**

**B**rasília tem seus mistérios. Dizem os esotéricos que a cidade e seus arredores são centros de energia, mas nisso estão divididos. Uns acham que a energia provém dos imensos depósitos de cristal sobre os quais está assentada a Capital; outros garantem que a energia vem de um plano superior. Melhor não discutir sobre quem tem razão. Se d.Bosco, sem nunca lá ter posto os pés, teve a visão de que lá nasceria uma nova civilização, quem somos nós para duvidar? Mas que Brasília é estranha, lá isso é.

Os brasilienses pioneiros, perdidos nas imensas distâncias entre os monumentos criados por Niemeyer, segundo o plano de Lúcio Costa, costumavam dizer que eles, os pioneiros, eram constituídos por cabeça, tronco e rodas. Brasília nasceu com a indústria automobilística e acabou vítima das distorções da mentalidade rodoviária.

Os transportes públicos sempre foram precários e os automóveis acabaram suprimindo as necessidades de locomoção, prestígio e estilo de uma população que tem a maior renda média per capita do País. Resultado: mata-se e morre-se por atacado, naquelas ruas e avenidas que convidam à velocidade.

Para reduzir a carnificina, o governo do Distrito Federal autorizou uma empresa privada a espalhar radares pela cidade, muito antes, por exemplo, que São Paulo fizesse o mesmo e que o novo e rigoroso Código de Trânsito entrasse em vigor. Os acidentes diminuíram, como sempre acontece quando a fiscalização funciona. Mas Brasília não é uma cidade como as outras. Lá, quem não é autoridade, já foi. E quem não foi espera se-lo, um dia. Foram, então, tomadas três providências sábias e oportunas, para evitar que a liberdade de ir e vir em alta velocidade fosse violentada.

Duas são institucionais. No âmbito nacional, o Denatran determinou que, antes de cada radar, seja fixado uma placa avisando o motorista da presença da máquina. A placa de sinalização de limi-

te de velocidade, sozinha, não vale. E a Câmara Legislativa do Distrito Federal derrubou veto do governador a projeto de lei que cancela todas as multas aplicadas por meios eletrônicos entre outubro de 1996 e janeiro de 1998. Quem não pagou, não paga; quem já pagou, pode requerer o dinheiro de volta. Estamos falando de cerca de 200 mil multas.

A terceira providência foi de caráter individual. Dois fiscais de postura da Administração Regional de Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, começaram a desmontar e a recolher a um depósito público os radares, que lá em Brasília são chamados de "pardais". Desmontaram 29 radares, baseados em uma lei que impede a instalação de faixas e objetos em espaços públicos sem prévia autorização da Administração Regional. Não obedeceram às ordens de sua chefia

para suspender a operação, porque entenderam que a lei é auto-aplicável, dispensa interpretação e não pode deixar de ser cumprida por simples determinação administrativa.

Só interromperam a caçada aos pardais quando o governador determinou sua suspensão por 30 dias e instalou inquérito administrativo. A questão, como sempre, parará na Justiça. E os caçadores de pardais já avisam: voltando ao serviço, retirarão a fiação das

tevéis por assinatura dos postes por onde passam os fios da Companhia de Eletricidade de Brasília. Já têm pronto o arrazoado que justificará a medida drástica: as empresas de televisão a cabo têm um acerto com a CEB, mas nada pagam às Administrações Regionais, que são as donas dos postes.

Se tudo correr como esperam esses abnegados servidores que cumprem a lei ao pé da letra, Brasília ficará sem os radares que poupam vidas e os brasilienses sem a distração da tevê a cabo. Deve ter sido por isso que o presidente Fernando Henrique Cardoso, na aula magna da Fundação Sara Kubitschek, escolheu o tema da ética da responsabilidade.



■ Antonio Carlos Pereira é jornalista

**Câmara derrubou veto a projeto de lei que cancela todas multas aplicadas por meios eletrônicos**